

PROGRAMA COMISSÃO DE PROFESSORES(AS) INDÍGENAS DE PERNAMBUCO – COPIPE

1. Liste os objetivos e especifique as metas mais importantes do programa, projeto ou prática, por ordem de prioridade.

Objetivo	Metas
Articular e mobilizar as comunidades e os/as professoras/es indígenas para propor, monitorar e avaliar a política de educação escolar indígena no estado de Pernambuco e em âmbito nacional através da representação na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena no Ministério da Educação – MEC.	Continuar fortalecida, organizada e autônoma.
	Realizar 02 encontros de professores/as e lideranças por ano.
	Fortalecer as organizações internas de 8 povos para atuarem com competência técnica, política e pedagógica na governança da educação escolar em seus territórios.
	Pressionar o Estado de Pernambuco para a criação do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena.
	Pressionar a Secretaria Estadual de Educação para realizar a 5ª Conferência Estadual de Educação Escolar Indígena com caráter deliberativo.
	Produzir informações sobre os povos indígenas e a luta da Copipe através de 04 edições anuais do Jornal A Borduna.
	Garantir a articulação e parceria com a APOINME (Articulação dos Povos Indígenas Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo) e demais organizações de apoio à causa.
	Garantir a representatividade na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena e articulação no MEC.
	Se apropriar do Orçamento Público para educação escolar indígena em todas as esferas

2. Descreva o funcionamento do programa, projeto ou prática e aponte qual(is) a(s) sua(s) frente(s) de atuação.

A Copipe atua na articulação e mobilização dos povos e organizações indígenas para o tema da educação escolar e no controle social da política educacional no âmbito nacional e local. É composta por 24 membros, sendo três representantes (2 professores/as e 1 liderança) de cada povo. Desenvolveram uma metodologia própria de articulação, mobilização, participação e controle social que ocorre através das seguintes ações: A) realização de 02 encontros anuais nas aldeias, auto financiado, com a participação de cerca de 600 pessoas entre professores/as, lideranças e comunidade. Nesse momento se instala a Copipe, aqui, trocam as experiências ocorridas em cada povo, discutem os pontos comuns que deverão ser levados para a secretaria estadual de educação ou para a comissão nacional de educação escolar indígena, discutem conjuntura, propostas para a política estadual, avaliam as ações da Secretaria Estadual e Mec assim como o próprio movimento. Nesses encontros também definem estratégias de pressão, articulação e as prioridades de atuação da Comissão. B) reuniões sistemáticas da coordenação para planejamento e gestão. C) estabelecimento de parcerias com outras organizações indígenas, ong's, universidades, e demais atores da sociedade civil. D) Produção de informação através da edição e publicação de um instrumento próprio – o jornal A Borduna. E) Ocupação de espaços formais de consulta e controle como a representação na Comissão Nacional de

Educação Escolar Indígena no MEC, reuniões do Núcleo de Educação Escolar Indígena da Secretaria Estadual de Educação F) Movimento articulado de pressão política como acampamentos na sede da Secretaria Estadual e mobilização da opinião pública através da imprensa. G) Investimento na formação a exemplo da indicação de uma representante para estudar Direitos Humanos no Programa de Bolsas para Jovens Indígenas da ONU em 2004.

3. O programa, projeto ou prática faz parte de uma iniciativa, programa ou política mais abrangente (da mesma ou de outra esfera de governo)? Em caso afirmativo, descreva como se dá esta ligação.

A Copipe é resultado da atuação histórica do movimento indígena na região Nordeste, que está organizado e representado através da Articulação dos Povos Indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME. É esse processo político que caracteriza a identidade da Copipe como um movimento de articulação que tem como base a luta pela terra e a garantia e conquista de direitos específicos. São dois movimentos autônomos, mas estão intrinsecamente ligados pela parceria nas diversas lutas políticas relacionadas aos povos indígenas. Nesse sentido, em 2004 a APOINME incluiu a Copipe no seu plano trienal com a organização internacional NORAD garantindo apoio financeiro para fortalecer as ações de articulação da Copipe. Apoinme e Copipe atuam conjuntamente no controle social da política educacional.

4. Identifique o público-alvo. Quantos são, no momento, os diretamente beneficiados? Qual é a proporção de homens e de mulheres beneficiados? Que percentual da clientela potencial isto representa? Como é feita a seleção dos beneficiários e como eles participam do programa, projeto ou prática?

São 10 povos, aproximadamente 457 (quatrocentos e cinquenta e sete) professores/as, sendo 95% mulheres (dado percentual aproximado), 130 (cento e trinta) trabalhadores/as relacionados aos serviços gerais, merenda, secretaria, sendo 90% mulheres (dado percentual aproximado) e 5.778 (cinco mil, setecentos e setenta e oito alunos/as). Indiretamente a atuação da Copipe beneficia uma população de cerca de trinta mil indígenas. Em relação a representatividade dos povos na Comissão, ocorre através da manifestação do desejo de cada povo, respeitada a especificidade sócio-cultural de cada etnia. No caso, o povo Fulni-ô optou por não indicar representante devido sua concepção de luta política que difere dos demais povos no Estado. Contudo, participam de várias ações da Copipe a exemplo dos encontros de professores/as e da produção de informação (A Borduna) e são ouvidos pela Copipe que encaminha suas reivindicações e demandas específicas quando concernidas com o projeto político defendido pela Comissão. O outro povo que não participa é Tuxá por tratar-se de um pequeno grupo que se deslocou do norte da Bahia e se articula prioritariamente com as organizações naquele Estado.

5. Qual é o gasto orçamentário anual do programa, projeto ou prática? Quais as fontes de recursos financeiros (locais, estaduais, federais; de fontes privadas, de ONGs, de agências multilaterais)? Que percentual dos recursos financeiros anuais é derivado de cada uma dessas fontes? Que percentual da receita orçamentária total do nível de governo (estadual, municipal etc.), a que pertence o órgão responsável pela inscrição, é efetivamente utilizado pelo programa, projeto ou prática?

A organização da Copipe possui um processo de mobilização de recursos internos onde o conjunto de professores/as disponibilizam um percentual dos seus salários para garantir os encontros e as viagens para fora da aldeia, além das próprias comunidades contribuírem com alimentação durante as reuniões ou garantindo o transporte, isto sempre de acordo com as necessidades o que possibilita uma autonomia relativa de recursos externos.

Em 2004, através da parceria com a Apoinme garantiram um apoio financeiro complementar através da NORAD no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais) anuais. Receberam o primeiro desembolso que utilizaram para deslocamento para encontros da coordenação, participação em eventos externos e participação de professores/as em cursos de formação. Contudo, por ocasião da suspensão do convênio Norad – Apoinme, foi suspenso o segundo desembolso. Para superar isso, a Copipe retoma a mobilização de recursos próprios garantido o cumprimento das ações prioritárias definidas no planejamento da Comissão.

O CCLF apoia financeiramente a publicação do Jornal A Borduna.

6. Quantas pessoas estão diretamente envolvidas na operação de seu programa, projeto ou prática? Quantos homens e quantas mulheres realizam funções de direção (ou de tomada de decisões) e quantos realizam funções de execução?

A coordenação é composta por 24 indígenas, sendo 8 (oito) homens e 16 mulheres. Todos /as realizam função de direção. Trata-se de um colegiado que respeita as formas próprias de organização social, política e cultural de cada etnia que compõe o todo.

7. Indique todas as organizações (públicas e privadas) participantes, descrevendo o papel de cada uma. Explique como estas organizações interagem e de que modo suas ações individuais são coordenadas.

Organizações Governamentais: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade que elabora a Política Nacional para educação escolar indígena ouvindo as comunidades e garantindo a participação das suas organizações através da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena. Secretaria Estadual de Educação do Estado de Pernambuco que tem a responsabilidade legal de elaborar a política estadual para o seguimento, ouvindo as comunidades e garantindo a participação da Copipe, através das reuniões do Núcleo. Universidade Federal de Pernambuco no processo de articulação para criação do curso de terceiro grau para professores/as indígenas.

Organizações Não Governamentais - Conselho Indigenista Missionário (Cimi), atua apoiando as mobilizações e articulações e na assessoria jurídica quando necessário. Centro de Cultura Professor Luiz Freire (CCLF), atua assessorando a formação política e pedagógica dos professores/as indígenas no Estado e da Copipe ampliando para as competências no campo da gestão e planejamento, politização e comunicação. Campanha Nacional pelo Direito à Educação que mobiliza o segmento indígena em Pernambuco através da Copipe. Movimento Interforuns de Educação Infantil –MIEIB, na consulta sobre qualidade em áreas indígenas, desencadeando um processo mais amplo de discussão sobre o tema da Educação Infantil e Educação Escolar Indígena.

As agências não governamentais trabalham em parceria e todas as ações desenvolvidas são articuladas com a Copipe. Desenvolvem ações conjuntas de parceria e assessoria cada um focando sua área de atuação e competência que se complementam tanto na prática como politicamente, uma vez que partilham de princípios e valores comuns no trabalho junto aos povos indígenas. Cada organização tem uma equipe e possuem autonomia financeira, política e administrativa. A relação com as agências governamentais se dá no campo das discussões sobre a garantia de direitos e política pública

8. Se seu programa, projeto ou prática envolve a participação da comunidade e do público-alvo, descreva como esta participação se concretiza (explique os mecanismos de participação).

A participação ocorre prioritariamente através de duas formas: a primeira através da articulação dos representantes da Copipe de cada povo com suas organizações internas, garantindo que as discussões no plano local sejam contempladas no plano mais global, e segundo nos dois encontros anuais que a cada edição acontece no território de um povo diferente, envolvendo toda a comunidade nos preparativos, recepção, festa e ritual e é o evento no qual participam cerca de 600 professores/as e lideranças para discutir e deliberar a pauta de luta, além de ser o momento de avaliação e percepção da conjuntura.

9. Quando e como foi originariamente concebido o programa, projeto ou prática? Quais os principais participantes governamentais e não-governamentais neste processo? Houve inspiração em iniciativa(s) anterior(es)? Qual(is) ?

A Comissão de Professores/as Indígenas de Pernambuco - COPIPE, foi criada em novembro de 1999, durante o I Encontro de Professores Indígenas de Pernambuco, na aldeia Pé de Serra no Povo Xukuru, município de Pesqueira.

Os professores e lideranças indígenas reunidos neste encontro diagnosticaram a necessidade de uma articulação no âmbito estadual para discutir as questões relativas à educação escolar indígena e encaminhar um processo de mobilização em torno das reivindicações por uma escola específica, diferenciada e intercultural para seus povos uma vez que enfrentavam problemas comuns especialmente a falta de uma política pública específica para o setor e o não cumprimento dos direitos constitucionais. Após uma discussão em suas comunidades surge a COPIPE.

Nesse período a Copipe consolidou-se como um movimento político e de representação, reconhecido e respeitado em âmbitos regional, nacional e internacional, com uma forma de organização diferenciada e autônoma. Não tem conta bancária, CGC e nem Inscrição Estadual, esse é um tema que permeia as discussões das lideranças da Copipe, tendo em vista que a Constituição brasileira de 1988 afirma que os povos indígenas têm direitos as suas próprias formas de organização social e política o que leva a interpretação que não precisam seguir as mesmas exigências postas pela legislação nacional.

Nesse processo participou efetivamente o CCLF, que desenvolve um trabalho com os povos indígenas no Estado desde 1997.

10. Identifique as etapas-chave de implementação e como isto evoluiu e se modificou ao longo do tempo. Que mudanças ocorreram desde o início de operação do programa, projeto ou prática? Por que ocorreram?

Em 1988 os povos indígenas garantem na Constituição Federal, no artigo 232 o direito à educação escolar específica, diferenciada e intercultural. No ano de 1999 o Conselho Nacional de Educação publica a Resolução nº 03/99, que regulamenta a educação escolar indígena no Brasil. Apesar disso e como toda legislação vigente no país, no estado de Pernambuco os indígenas identificavam os seguintes problemas: a) ausência de uma articulação dos povos indígenas para o tema; b) desconhecimento dos/as professores/as indígenas sobre a legislação educacional; c) escolas indígenas funcionando como escolas rurais, com professores não índios e submetidas ao currículo e modelo de gestão imposto pelas secretarias municipais de educação; d) gestores municipais aliados a grupos políticos e econômicos que disputavam com os índios seus territórios tradicionais; e) ausência de uma política educacional com metas e ações e orçamento definidos no Estado; e) ausência de instâncias colegiadas, representativas e paritárias com poderes deliberativos e consultivos onde os indígenas pudessem definir os destinos da educação escolar indígena no estado; f) ausência da regularização da categoria de escola e professor indígenas; g) ausência de uma formação específica e material didático específico. Com esse contexto, a Copipe decide articular ações de mobilização e formação com o conjunto de professores/as e lideranças; ocupar o espaço formal dentro da Secretaria Estadual e do MEC para influenciar nas decisões; articular-se com outros movimentos e organizações; em 2000 substituem os professores/as não índios por indígenas à revelia das secretarias municipais que eram responsáveis à época; elaboram denúncias ao Ministério Público, Governador do Estado, Secretário de Educação, imprensa, etc. Realizam três Conferências e conseguem que a secretaria estadual assumira a quarta com caráter deliberativo; realizaram treze encontrões passando pelo território de todos os povos; consolidaram parcerias e o respeito das autoridades governamentais e principalmente possuem uma forma de organização concernida com seus processos históricos, referenciadas em seus padrões culturais e de organização, não seguindo os moldes de associação, sindicatos, mas ao contrário reforçando o princípio da especificidade. As principais mudanças a serem destacadas é que a Copipe passou a atuar em outras frentes de luta como por exemplo nos eventos sobre a transposição do Rio São Francisco, assembleias da Apoinme, Conferência da Igualdade Racial, etc. isto porque desde a sua formação tem um caráter de mobilização das comunidades e articulação com lideranças fazendo com que se aproprie das demandas diversas de seus povos e seja uma importante fonte de articulação, mobilização e representatividade.

11. Descreva os principais obstáculos enfrentados até o momento. Como se lidou com tais obstáculos? Quais deles ainda persistem?

Apesar do Estado brasileiro ter uma legislação muito próxima às demandas dos povos indígenas, na prática não consegue incorporar o princípio da especificidade seja no seu aparato administrativo e burocrático para o atendimento das demandas específicas da escola indígena, seja no quadro de pessoal que no plano local (Pernambuco) não conhecem a questão indígena e por isso a elaboração e execução da política fica comprometida. Para superar isso, a Copipe articulou parcerias, realizou as três primeiras Conferências Estaduais de Educação Escolar Indígena, exigiu da Secretaria Estadual sua participação no Núcleo de Educação Escolar Indígena e a partir daí começou a influenciar nas ações desta secretaria, conseguindo que a mesma realizasse a formação de seus técnicos, que pautasse a criação de um sub sistema de educação escolar indígena com recursos próprios, pessoal técnico qualificado na temática e aparato administrativo que permitam a Secretaria executar uma política específica e de qualidade, conforme deliberação da IV Conferência. Por tratar-se de uma ação do Estado, a superação destes obstáculos exigem o monitoramento constante da Copipe e organizações parceiras, exigindo tempo e criatividade nas formas de pressão política.

12. Que mecanismos de avaliação estão sendo utilizados para medir o sucesso do programa, projeto ou prática? Forneça os resultados (quantitativos e qualitativos) do último ano de operação do programa, projeto ou prática.

O principal mecanismo de avaliação é o encontro de professores realizado semestralmente envolvendo o conjunto dos professores/as e lideranças, além disso, as reuniões das organizações internas em cada povo, que realizam reuniões para acompanhar o desempenho político e pedagógico tendo como referência a sua etnia e o conjunto quando se encontram como Copipe.

Resultados :

- Participação ativa dos/as professoras/es e lideranças nas decisões e condução das lutas;
- Fortalecimento do movimento indígena regional com atuação conjunta com a APOINME;
- Estabelecimento de parcerias e alianças com outros povos (indígenas e quilombolas), organizações não – governamentais e Movimentos como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação;
- Realização dos 02 Encontros;
- 01 representante da Copipe selecionada pela ONU para estudar Direitos Humanos, sendo a primeira indígena brasileira a participar do Programa;
- Participação de 01 representante, como palestrante, no Encontro Mundial de Educação na França;
- A integração na Comissão Interinstitucional de Educação Escolar Indígena Portaria nº8390 de 30.12.2003/DO de 06.01.2004, para formulação da Política Estadual;
- A substituição de professores não-indios por professores/as indígenas, chegando a um quadro de 595 professores/as realizando pesquisa e escrevendo seus materiais didáticos, Projeto Político Pedagógico e em 2005 vivenciando a implementação deste e participando efetivamente da discussão e elaboração de propostas para a política estadual de educação escolar indígena através dos encontros semestrais;
- Professores/as indígenas afirmando sua identidade étnica com orgulho de ser e de pertencer ao seu povo;
- Respeito à cultura que passa a ser observado na implementação das políticas governamentais de educação;
- Definição do modelo de gestão escolar de 9 povos referenciado na organização social de cada etnia;
- A indicação de um membro da Copipe para tomar acento no Conselho Estadual de Educação;
- A indicação de um membro da Copipe para tomar acento no Conselho do Fundef;
- A indicação de um membro da Copipe para tomar acento na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena –MEC;
- Participação de 01 representante da Copipe no GT sobre Povos Indígenas da ONU, com direito a fala, em julho deste ano.

13. Qual é a mais importante conquista de seu programa, projeto ou prática até o momento (cite apenas uma; aquela que, na sua opinião, é a mais importante)?

Ter conseguido influenciar e participar efetivamente da discussão e elaboração da Política Estadual de Educação Escolar Indígena no Estado de Pernambuco.

14. Em que aspectos seu programa, projeto ou prática inovou em relação a práticas anteriores? Procure explicar bem em que consiste a inovação.

Os/as professoras/es antes da criação da Copipe estavam fora de todos os processos deliberativos referentes a oferta e execução da política pública de educação escolar indígena, hoje, eles passaram a conduzir sua história e influenciar as principais decisões a cerca desse assunto no estado de Pernambuco, como também tem sido referência nacional. A prática da Copipe tem revelado a interação existente entre o político e o pedagógico no exercício da educação escolar indígena, por não desvincular a educação das demais lutas dos povos indígenas como saúde, terra, comunicação etc... Pleiteando e desenvolvendo na prática um sistema específico de educação escolar indígena. Nesse exercício é explícita a participação da comunidade, das crianças e jovens indígenas na construção da escola que se quer diretamente relacionada ao projeto de futuro de cada um dos seus povos. Para tanto os/as professores e professoras tem ouvido os mais velhos, suas lideranças e seus encantados sagrados.